I Parte – o pecebismo contemporâneo

A “imagem de Brasil” da declaração de março de 1958

Raimundo Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, R. A “imagem de Brasil” da declaração de março de 1958. In: *A importância da tradição pecebista* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, pp. 1-10. ISBN 978-85-7982-051-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

I PARTE

O PECEBISMO CONTEMPORÂNEO

A “IMAGEM DE BRASIL” DA DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958¹

Por bastante tempo, a bibliografia especializada cobrou dos comunistas a ausência de uma teoria da formação social brasileira. Essa debilidade seria responsável por vários dos seus chamados equívocos, sendo os mais criticados deles a política de frente única e a moderação ou, mais propriamente, o pendor dos comunistas à política institucional (“burguesa”). Debitavam-se à fraqueza teórica as propensões que justamente fizeram do PCB o grupo de esquerda que, afinal de contas, mais contribuiu para formar no país uma cultura política de raiz marxista.

Os comunistas chegaram àquelas duas posturas por necessidade, quando postos ante tempos difíceis: após o suicídio de Getúlio e, depois de 1964, para não falar no fim da II Guerra, ocasião em que a redemocratização requeria uma convergência com os liberais da União Democrática Nacional (UDN) daquela época. No entanto, há no PCB mais do que marxismo-leninismo, ou seja, algo além da sua “péssima” teoria, como certa vez disse Hélio Jaguaribe (*apud* MARÇAL BRANDÃO, 1992) diferenciando dessa doutrina a prática de responsabilidade dos comunistas. Encontram-se no interior do PCB lastros intelectuais que o instigam a caminhar rumo a uma política de compromisso democrático; evolução, custosa e demorada, que se inicia com a resolução do Comitê Central de março de 1958, hoje celebrada por seus 50 anos.

A Declaração reorienta o PCB a tal ponto que ela própria chama a virada de “nova política”. Que lastro elaborativo se pode divisar na resolução de 1958 além da intuição política? Não há uma teoria da “revolução brasileira” como em Caio Prado Jr. A rigor, têm-se eixos que dão o sentido geral da “nova política”. Com passagens ambíguas (PASSOS GUIMARÃES,

¹ Este texto serviu de base para a comunicação feita pelo autor no *Seminário 50 Anos da Declaração de Março de 1958*, organizado pela Fundação Astrojildo Pereira, nos dias 28 e 29 de março de 2008, no Rio de Janeiro.

1960a) – pois também escrito para atender a grupos diferenciados –, a Declaração procurou expressar as exigências do clima democrático que se afirmara no país após a posse de JK e refletir os debates sobre o XX Congresso do PCUS no PCB (1956-57); controvérsia esta, como é sabido, precisamente por ela encerrada.

Que proposições-chave compõem esses eixos? Baseiam-se numa “imagem de Brasil” que afasta o PCB do modelo da revolução nacional-libertadora da III Internacional Comunista (IC)? Um tanto dispersos, esses eixos sinalizam rumo à valorização da democracia política; paradoxo esta última, como propôs Bobbio, da “ciência política” marxista (“socialismo sem democracia” ou “democracia só se conhece no capitalismo”).

A Declaração se inicia com os tópicos “O processo de Desenvolvimento Econômico do Brasil” e “A Democratização da Vida Nacional” que antecedem a um outro chamado “Crescem no Mundo Inteiro as Forças da Paz, da Democracia e do Socialismo”. Comumente iniciante da escrita comunista, mesmo deslocada na Declaração, essa passagem inscreve o processo brasileiro no quadro internacionalista, do qual recebe estímulo, como veremos. À medida que avançasse no país, a revolução contribuiria para o referido complexo mundial das forças da paz, da democracia e do socialismo.

Aquele começo nos fala do Brasil contemporâneo – do pós-1930 – quando se intensifica a modernização nos quadros de uma “estrutura atrasada”. Ao modo da argumentação lenineana sobre a revolução na periferia capitalista, de imediato o texto diz que, nas duas décadas anteriores a 1958, “foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira”.² “Inelutável”, continua dizendo a Declaração, esse desenvolvimento capitalista “vem-se realizando num ritmo bastante desigual” e nos anos 1950 ele não havia superado nossas “características” de “país subdesenvolvido”. O avanço capitalista ocorre com a conservação em “vastias áreas” de “relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo, particularmente

² Citemos de Lênin apenas este trecho de *Dois Táticos da Social-Democracia Russa*: “Em países como a Rússia, a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo. Por isso a classe operária está absolutamente interessada no mais amplo, mais livre e mais rápido desenvolvimento do capitalismo. É absolutamente vantajosa para a classe operária a eliminação de todas as reminiscências do passado que entorpecem o desenvolvimento amplo, livre e rápido do capitalismo” (LÊNIN, 1905; 1975).

o norte-americano”. Na agricultura, o capitalismo abre caminho lentamente devido à combinação, “em proporção variável”, dos “métodos capitalistas” com o “monopólio da terra” e as “velhas relações semifeudais”.

Nesse ponto, há indícios de mais uma remissão a Lênin. Ao acentuar o pesado fardo que o país arrastava do passado escravista-colonial, o texto de 1958 distancia o seu “desenvolvimentismo” da “sociologia da modernização” muito influente na época, justamente porque tal estruturação do moderno “à moda prussiana” aponta para a importância da democratização política do país.³

O documento vê a moderna exploração imperialista como um “pesado tributo à nação” que deprime a taxa de acumulação do país e “o ritmo do seu progresso” e influi “no baixo nível de vida da sua população”. Segue-se esta proposição-chave (“isebiana”, mas ressignificada pelo conceito maoísta da contradição): “À medida que a nação se desenvolve (autores isebianos falavam da nação contemporânea como “um corpo que cresce”), aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano”. Diz-se ainda que o desenvolvimento nacional se processava “através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece”. A sustentabilidade das mudanças tem raiz na “contradição principal” (outra categoria maoísta) entre a nação e o imperialismo norte-americano, dinamizando o país por meio da luta de classes nas mediações de uma sociedade então já complexa. Essa lógica concretiza uma “revolução nacional” que se aprofundaria à medida que a mobilização camponesa antifeudal se alargasse seguindo a tensão entre o moderno industrializante e o atraso agrário que acompanhava a formação social.

³ “À moda prussiana” é uma expressão de Nelson Werneck Sodré que aparece em *Formação Histórica do Brasil* (1962). Referindo-se às tensões entre as “forças produtivas” e as “relações de produção” no mundo rural, Sodré diz: “Elas nos fornecem a caracterização, do Brasil, segundo um estudioso, de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido” (idem: 357). Ainda acerca desse tipo de estruturação, em um texto de 1960, Alberto Passos Guimarães já escrevera: “Dois são os cursos ou caminhos possíveis do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro: um, revolucionário, outro, reformista. (...) O proletariado e as forças mais progressistas da sociedade brasileira devem apoiar as transformações burguesas no campo que resultem na destruição dos laços com o feudalismo, que resultem na destruição das formas pré-capitalistas, e expressem um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa.” (PASSOS GUIMARÃES, 1960b). Neste texto, Passos Guimarães chama o segundo caminho (prussiano) de “reformista” (ver SANTOS, 2007).

Com essa “sociologia da modernização” visualiza-se o dinamismo que “ganhava corpo no país”, tanto nas cidades (naqueles anos crescia o “fato novo” do nacionalismo) quanto no mundo rural, onde se expandia, com os sindicatos fundados pelos comunistas e as Ligas Camponesas, o movimento pela reforma agrária como nunca se havia visto. A revolução brasileira se concretizava no solo do mundo real. À medida que a mobilização se espalhasse pela sociedade civil (o desenvolvimento da luta de classes como fator de progresso à Lênin), desenhava-se o palco efetivo das operações dos protagonistas postos à frente dos grupos inovadores. Isso se aproveitasse aquele tempo bom para o agir dos revolucionários na cena política, na qual podiam atuar no dia a dia com eficácia, caso conhecessem bem a circunstância que viviam.

Nesse ponto em que se inicia a formulação da “tática” comunista (passando da dimensão do estrutural para a esfera da política), o texto sinaliza uma associação que, de certo modo, ultrapassava o nexo economia-classes-Estado do conceito de “formação econômico-social”, nexo com o qual, como se sabe, Lênin demarcava a lógica da revolução rupturista. A Declaração trazia uma outra proposição-chave – uma interface da tese sobre o desenvolvimentismo capitalista (o “elemento por excelência da economia brasileira”): “O desenvolvimento capitalista do país não podia deixar de refletir-se no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo”.

Aquela sequência – Estado, regime e governo – lembra leitura de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* e *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, nos quais Marx faz suas distinções nos temas do poder e da política. Recorde-se que, ao dissertar sobre aquela conjuntura da França, o clássico mobiliza dimensões analíticas conforme configurações de “classes”, “frações de classes” e “partidos”. Distingue os tipos de Estado segundo a classe nele hegemônica (capitalista, socialista) das formas estatais (e de regime político) que o Estado capitalista assume em determinada formação social conforme se articulem as frações dominantes entre si e em suas relações com os grupos subalternos. Marx diferencia no Estado capitalista francês, descrito naqueles textos, as formas monárquica, republicana (e “bonapartista”). E também faz referência a configurações de governo considerando as formações partidárias. Em suma, Marx equaciona temas-chave, como o da correlação entre movimentos do estrutural e da

conjuntura (a propósito, ver Engels, 1895, 1975; depois, Gramsci, 1932-34; 2007); e o da relação entre luta de classes e cena política e assim por diante.

Veja-se agora, no texto de 1958, como a seguinte série de definições conduz a uma ideia de revolução diferenciada do modelo de 1917, não obstante as ambiguidades que lhe traz a doutrina marxista-leninista:

- a. *Natureza do Estado*. Por seu caráter de classes, diz a Declaração, o Estado brasileiro representava, então, interesses latifundiários, de setores capitalistas ligados ao imperialismo e também interesses da burguesia nacional. Ele exibia “contradições”, “tipos diversos de compromisso de classe” e acordos. Era essa distinção que dava inteligibilidade à disputa dos rumos da política estatal. Para o texto, essas tensões estavam na raiz dos acontecimentos de agosto de 1954 e de novembro de 1955;
- b. *Regime político*. Desde 1930, o regime político brasileiro se democratizava, mas essa trajetória, argumenta-se, “não segue o seu curso em linha reta” (Estado Novo, “ofensiva reacionária” de 1947, o golpe de 1954). A Declaração também alude à democratização no contexto rural: “A democratização do país também influi, menos acentuadamente, nas zonas rurais, onde o despotismo dos grandes senhores de terra é obrigado a ceder terreno, conquanto perdure. Os atentados cometidos pelos elementos reacionários do aparelho do Estado encontram a resistência cada vez mais eficiente das massas na defesa das liberdades e direitos constitucionais”.

Nesse ponto vem uma terceira proposição definidora: “Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem-se firmando assim, em nosso país, a legalidade democrática que é defendida por amplas e poderosas forças sociais”. Aqui adquire realce a defesa da Constituição de 1946. Não obstante suas limitações, argumenta a Declaração, a Constituição refletia o sentido da derrota do nazifascismo, sendo sua vigência condição do curso democratizante. Aliás, este constitucionalismo já está no último Engels (1891; 1973) e é bem visível no PCI de Togliatti durante o segundo pós-guerra;⁴ e

⁴ Em meados de 1950, Elias Chaves Neto dizia que a Constituição de 1946 assegurava condições preliminares para que tivesse livre curso um processamento das reivindicações populares de

c. *Sobre configurações governamentais.* Nesse tema, os autores da Declaração parecem mobilizar o esquema analítico marxiano antes aludido tirando proveito diferenciado. Eles realçam o fato de a burguesia ter se situado, à sequência da Revolução de 1930, dentro do Estado. Esta participação nova influi na “composição do atual governo”, diz o texto de 1958, assim se referindo à presidência de JK: “Em decorrência da coligação de que surgiu, o governo do Sr. Juscelino Kubitschek tomou um caráter heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês”. O compromisso entre essas duas alas abre oportunidade para os revolucionários defenderem o aprofundamento dos “aspectos positivos de caráter nacional e democrático” do governo JK. Com esta leitura, o texto atualiza a luta reformista e procurar dar-lhe sentido geral.

Ao se desenvolver, continua a Declaração de Março, a pressão por mudanças na configuração do governo suscita a necessidade de se conquistar um governo propriamente “nacionalista e democrático” por ocasião das eleições.⁵ “Momento alto da luta”, como certa vez as chamou um sociólogo do Rio de Janeiro, as eleições teriam como protagonistas formações duradouras: os partidos. Interessada no sistema partidário, a Declaração acrescenta: “À medida que se desenvolve o capitalismo no país, os partidos políticos brasileiros adquirem um caráter cada vez mais estável e nacional”.

Ao compreender sua circunstância através dessa visão de Brasil, os comunistas chegavam a ver na democratização da vida nacional, no “ascenso do movimento operário” e no “desenvolvimento da frente única nacionalista

“modo construtivo” (“dentro dos direitos para esse fim estabelecidos em nossa Constituição – o direito de greve, de sindicalização, de reunião”) (CHAVES NETO, 1955). E mais ainda: “Assim como a Revolução Francesa, que no século XIX trouxera enorme progresso ao mundo, aqui a defesa da Constituição é, portanto, o ponto básico de uma política que visa, pela união de todos os brasileiros, a resolver os problemas dos quais depende a nossa prosperidade” (*Id.*). A propósito desse ponto, ver, mais adiante, o apêndice *A Presença das Teses Caiopradianas nos textos de Elias Chaves Neto*.

⁵ Embora fuja ao escopo destas notas, citemos este trecho: “O objetivo fundamental da participação dos comunistas nas eleições consiste em eleger para os postos executivos e legislativos os candidatos da frente única, que possam fortalecer os setores nacionalistas do Parlamento e do governo. Todo o trabalho eleitoral dos comunistas, seja em âmbito nacional como em estadual e municipal, deve ser considerado parte do trabalho geral de formação e desenvolvimento da frente única, visando sempre à mudança da correlação de forças políticas e à conquista de um governo nacionalista e democrático”.

e democrática” bases para a concretização da revolução brasileira por um “caminho pacífico”, ampliado este horizonte, diziam eles, pela distensão internacional da Era Kruschew. Isto é, por uma via de *desenvolvimento normal* na qual mudanças progressivas se realizariam por sucessivos governos daquela frente única. Pelo que se lê em certos pontos do texto, a formação desses governos dar-se-ia por eleições no Estado democrático de Direito.

A rigor, o curso democrático da revolução brasileira é pensado, pelo menos para boa parte do período das transformações graduais “anti-imperialistas e antifeudais”.⁶ Após esse futuro de médio ou mais dilatado prazo, a previsão pecebista decorrente da “imagem de Brasil” aqui resenhada cede o passo para um tempo descrito na tese da hegemonia proletária na frente única e na doutrina da transição socialista e assim por diante.

Não é este o lugar para nos referirmos aos cenários que, no tópico “O Caminho Pacífico da Revolução Brasileira”, a Declaração desenha para a conjuntura. Em qualquer deles – giro progressista do governo JK, vitória da frente nacionalista e democrática na eleição de 1960 ou uma resistência para “impor e restabelecer” a legalidade democrática, em caso de tentativa de golpe –, os redatores daquele texto associam o seu cálculo revolucionário, para o tempo, repitamos, mais ou menos próximo, à valorização da democracia política, não obstante o seu marxismo-leninismo. A propósito dessa compreensão da democracia política, quase ao final do seu livro de 1962, Sodré dirá:

A defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende, assim, ao supersticioso respeito a uma legalidade qualquer, mas na compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento. Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento de alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das forças produtivas que impõem modificações radicais nas relações de produção.

⁶ Alberto Passos Guimarães refere-se a esse tempo previsível como sendo um “período intermediário”, “específico da revolução brasileira”, no qual “uma sucessão de governos” poderia empreender reformas progressistas “nos quadros do regime vigente” (capitalista) (PASSOS GUIMARÃES, 1960a; ver também SANTOS, 2007).

Bem depois, na segunda metade dos anos 1970, esse fio será retomado em círculos dirigentes do PCB. Uma jovem ensaística pecebista vem diferenciar nossa modernização da via clássica de revolução burguesa e chamar atenção para o fato de que, aqui, a relação entre economia e política obedece a uma lógica de natureza “muito mais irregular”, podendo-se também imaginar a revolução burguesa brasileira como uma “revolução passiva”.

Alguns autores dessa tendência realçam o sentido não recessivo do regime de 1964, conquanto ele modernizara, de modo conservador, tanto a economia como a própria agropecuária. O dado estratégico passa a ser a relação entre o crescimento das forças produtivas nacionais promovido pelos governos militares, e a natureza da transição democrática sob o impulso das modernizações, mas dependente da ação oportuna dos atores políticos (VIANNA, 1983). Essa valorização da redemocratização decorria de uma releitura da modalidade sob a qual o país se industrializara tardiamente por via autoritária sem a classe econômica ter construído uma institucionalidade política adequada (*idem*). À hora do colapso do regime de 1964, formar-se-ia uma situação na qual a democratização política, cada vez mais em rápido andamento depois da anistia de 1979, não só viria concluir o período ditatorial como também poderia trazer – dizia um outro autor – “consequências progressistas de efeito quase revolucionário” (KONDER, 1984).

Essa ensaística significa um outro grande passo no plano da “formulação da política” pecebista contemporânea. Em 1958, a Declaração de Março havia rompido com o viés estagnacionista que até ali marcara a “imagem de Brasil” dos comunistas, passando a associar ao crescimento econômico um processo de complexificação social e a tendência do país rumo à democratização política.⁷ O novo registro de meados dos anos 1970

⁷ Enquanto a orientação pecebista oficial atribuía as causas do dogmatismo persistente no PCB a traços de formação, Armando Lopes da Cunha apontava noutra direção: “Na base de tal concepção, dizia ele, por ocasião da controvérsia sobre o stalinismo, está uma outra – também expressamente formulada em nosso Programa (de 1954), a saber: a de que o processo de desenvolvimento do país e a conquista de sua plena independência só serão possíveis após a derrubada do ‘atual’ governo” (o segundo governo Vargas – RS). (...) Rompendo com a tese da transformação do Brasil em colônia dos Estados Unidos, prosseguia Lopes da Cunha: “Não há mais dúvida de que o país pode se desenvolver e caminha rapidamente para sua independência nacional sem uma prévia derrubada do ‘atual’ governo, e não há mais dúvida simplesmente porque isto está acontecendo sob nossos olhos. (...). A necessidade de modificarmos nossas concepções programáticas é, portanto, patente, como patente é também que muito se pode avançar no sentido da independência e do progresso bem como da própria

sugeria que se tivesse uma ideia de mudança social bem distanciada do arraigado axioma atraso-miséria-revolução. Daí se tendia a ver o processo mudancista como uma gramsciana “guerra de posições”, no dizer de uns; ou, ainda, como preferiam outros autores, a pensá-lo em termos de um processo de transformações duradouras sob forma de um “reformismo forte” progressivo à medida que a democracia política se enraizasse cada vez mais no país.

Referências bibliográficas

- CHAVES NETO, Elias. Política de União Nacional. *Revista Brasiliense* n. 1, set./out. 1955.
- ENGELS, F. *La crítica al Programa de Erfurt* (1891). Madri: Anagrama, 1973.
- _____. “Introducción” a *La Lucha de Clases en Francia de 1850 a 1852* (1895). In: MARX, C., e ENGELS, F., *Obras Exigidas*, v. 1, ed. Progreso, Moscou, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado*, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 3. ed., trad. Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho, 2007.
- KONDER, Leandro, O atraso é tanto que Governo Tancredo Neves terá efeito quase revolucionário. *Tribuna da Imprensa*, 24 de setembro de 1984.
- LÊNIN, W. Dos Tácticas de la Socialdemocracia Rusa. In: Lênin, W. *Obras Exigidas en Doze Tomos*, v. 2. Moscou: ed. Progreso, 1975.
- LOPES DA CUNHA, Armando. O Programa e o Caminho do Desenvolvimento do Brasil. *Voz Operária*, 27 de outubro de 1956.
- MARÇAL BRANDÃO, Gildo. *Partido Comunista, Capitalismo e Democracia*, São Paulo, USP, 1992. Tese.

modificação do governo nos quadros da atual Constituição... nossa tática sofrerá profundas mudanças e permitirá a reunião de imensas forças dispostas a combater o imperialismo norte-americano e impulsionar o progresso do país.” Outro ponto novo: “Passamos a ter que apresentar soluções positivas para os problemas brasileiros e deixaremos de criar dificuldades para a unidade de ação em prol da independência como por vezes tem ocorrido por estarmos imbuídos das mencionadas ideias programáticas que condicionam a tática estreita, sectária e exclusivista” (LOPES DA CUNHA, 1956).

PASSOS GUIMARÃES, Alberto. Uma Falsificação e Vários Erros Crassos na Questão das Etapas. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 22 a 28 de julho de 1960a.

_____. As Três Frentes da Luta de Classes no Campo. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 22 a 28 de julho de 1960b.

SANTOS, Raimundo. *Agraristas Políticos Brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira-Nead-IICA, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1962.

VIANNA, Luiz Werneck. *O Problema da Cidadania na Hora da Transição*. Rio de Janeiro: Série IUPERJ, 1983.